

# REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

# JORNAL OFICIAL



I Série—Número 12

Quinta-feira, 8 de Junho de 1978

## SUMÁRIO

## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

### ASSEMBLEIA REGIONAL

### ASSEMBLEIA REGIONAL

#### Decreto Regional n.º 24/78/M:

Estabelece normas para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

#### Decreto Regional n.º 24/78/M

de 2 de Junho

### PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

#### Portaria n.º 19/78:

Atribui remuneração correspondente à letra H do funcionalismo público aos actuais chefes de Secção do quadro Administrativo do Governo Regional da Madeira.

#### Portaria n.º 20/78:

Atribui remuneração correspondente à letra F do funcionalismo público ao tesoureiro do Governo Regional da Madeira.

### SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DA ECONOMIA

#### Portaria n.º 32/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

### SECRETARIAS REGIONAIS DO EQUIPAMENTO SOCIAL E DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

#### Portaria n.º 13-A/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

### SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

#### Portaria n.º 30/78:

Fixa o preço máximo de venda ao público dos ovos, na Região Autónoma da Madeira.

#### Portaria n.º 31/78:

Fixa as margens de comercialização do milho, bem como o preço máximo de venda ao público da sêmea de trigo «rolão», na Região Autónoma da Madeira.

A descentralização administrativa democrática está no espírito dos valores consagrados pelo actual sistema constitucional. É essa a melhor forma de se acorrer com melhor conhecimento de causa aos interesses pontuais, imediatos e localizados das populações.

Parece, pois, mais conveniente o sistema de serem os órgãos da administração autárquica a superintender na atribuição de licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

São os referidos órgãos da administração autárquica que se encontram nas condições mais favoráveis para a análise local dos pressupostos relativos ao exercício efectivo da profissão.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira determina, para valer como lei:

Artigo 1.º Compete às câmaras municipais a atribuição de licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, mediante abertura de concurso público com o parecer favorável da competente Secretaria do Governo Regional.

Art. 2.º O local de estacionamento dentro de cada freguesia será fixado pela câmara municipal, mediante parecer favorável da respectiva junta de freguesia, ouvidos os motoristas directamente interessados.

Art. 3.º — 1 — Na atribuição de licenças observar-se-á a seguinte ordem de prioridades:

- a) Motoristas de automóveis-táxi ou de aluguer de passageiros letra A e restantes motoristas profissionais, na proporção de 70% aos primeiros e 30% aos segundos;
- b) Cooperativas de motoristas profissionais inscritos como sócios efectivos no Sindicato dos Motoristas do Funchal;
- c) Industriais de transportes;
- d) Outros concorrentes com carta de condução.

2 — Nas prioridades referidas no número anterior tem preferência:

- a) O candidato com domicílio habitual na área da freguesia;
- b) Não havendo concorrentes na freguesia, preferem os candidatos residentes no concelho.

3 — Os motoristas referidos na alínea a) do n.º 1 têm de estar inscritos no sindicato ou sindicatos da Região, representativos da classe, como sócios efectivos e descontar para a caixa de previdência.

4 — Em relação aos motoristas referidos na alínea a) do n.º 1, têm prioridade os requerentes que ainda não tenham qualquer licença e, entre estes, os que exerçam a profissão há mais tempo.

Art. 4.º — 1 — O tempo de exercício efectivo da profissão será unicamente o que resultar do horário de trabalho devidamente aprovado e registado nas fichas do Sindicato dos Motoristas do Funchal.

2 — Para efeitos da contagem de tempo referida no número anterior, serão descontados todos os períodos de interrupção de exercício efectivo da profissão, com excepção dos motivados por doença devidamente comprovada perante o Sindicato através de declarações da caixa de previdência.

Art. 5.º — 1 — A concessão de licenças a motoristas profissionais implica a obrigação de os beneficiários passarem a exercer a actividade de condutores dos respectivos veículos ligeiros de aluguer para passageiros.

2 — A concessão de licenças a cooperativas

obriga a que a condução passe a ser feita pelos seus sócios.

Art. 6.º — 1 — As câmaras municipais deverão comunicar a atribuição de licenças à Secretaria Regional competente e aos interessados, devendo estes requerer, no prazo de noventa dias, a inspecção do veículo à referida Secretaria Regional.

2 — No prazo de sessenta dias a contar da aprovação do veículo na inspecção, os interessados deverão requerer a passagem do título de licenciamento.

Art. 7.º — 1 — Serão canceladas as licenças concedidas ao abrigo deste diploma com fundamento em declarações dolosas ou pressupostos afectados por erro.

2 — A inobservância pelos interessados do disposto nos artigos 5.º e 6.º implica o cancelamento da respectiva licença.

Art. 8.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 14 de Março de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 30 de Março de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

---

## PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

---

### Portaria n.º 19/78

Considerando que, pelo Decreto-Lei n.º 37/77, de 29 de Janeiro, os funcionários pertencentes à 1.ª classe da 2.ª categoria do Quadro Geral Administrativo providos em lugares de chefes de secretaria de Câmaras Municipais de concelhos urbanos de 1.ª ordem há mais de um ano, foram promovidos à 3.ª classe da 1.ª categoria do mesmo Quadro Geral, desde que o respectivo serviço fosse classificado de bom e efectivo, categoria a que corresponde a letra H dos vencimentos do funcionalismo público;

Considerando que, posteriormente, por despacho da Presidência do Conselho de Ministros e

Ministério de Administração Interna, publicado no «Diário da República», II Série, de 23 de Fevereiro de 1978, tal promoção foi extensiva aos chefes de secção dos quadros administrativos e de secretaria dos Serviços de Administração Civil e dos quadros de secretaria das autarquias locais;

Considerando que os chefes de secção do quadro administrativo do Governo Regional da Madeira, oriundos do quadro do pessoal administrativo da extinta Junta Geral, se encontram em igualdade de condições para receberem tal equiparação, e já a requereram em devido tempo;

Nos termos dos Decretos Regionais n.º 318-D/76, de 30 de Abril, e n.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional delibera:

Atribuir aos actuais chefes de secção do quadro administrativo do Governo Regional, Luís Maria de França Brazão, João Hermógenes de Barros Júnior, Emídio da Conceição Baptista Santos e João Fernandes Correia Júnior, o vencimento correspondente à letra H do funcionalismo público, idêntico ao dos agentes de 3.ª classe da 1.ª categoria do quadro geral administrativo, contando-se a reclassificação com efeitos a partir do mês de Fevereiro de 1977.

Presidência do Governo Regional, 18 de Maio de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

#### **Portaria n.º 20/78**

Considerando que o tesoureiro deste Governo Regional auferir o vencimento mensal de 11 800\$00, correspondente ao da letra H, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 421/73, de 22 de Agosto, decreto que aprovou os quadros e vencimentos do pessoal vitalício e contratado das então Juntas Gerais dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes;

Considerando que a Portaria n.º 787/77, de 24 de Dezembro, que substituiu os anexos I e II do Decreto-Lei n.º 76/77, de 1 de Março (que fixa as categorias do pessoal da administração local e regional), criou, pela primeira vez, o lugar de «tesoureiro-chefe» (Lisboa e Porto — Serviços de Água e Electricidade), com o vencimento correspondente ao da letra F (13 800\$00), e estabeleceu para os tesoureiros dos concelhos de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem os vencimentos correspondentes, respectivamente, aos das letras L, N e Q (9 000\$00, 8 100\$ e 7 100\$00);

Considerando que até à data da publicação daquela Portaria os tesoureiros das extintas Juntas Gerais, à data já integrados nos Governos Regio-

nais, auferiram, sempre, vencimentos superiores aos dos demais tesoureiros, quer dos de Lisboa e Porto, quer dos concelhos de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem, devendo tal facto justificar-se com base no excessivo volume de pagamentos cometidos às respectivas tesourarias, em comparação com um menor volume de pagamentos nas tesourarias de outros Serviços;

Considerando que o tesoureiro deste Governo Regional, José Herculano Baptista Gonçalves Lino, vem exercendo as respectivas funções, ininterruptamente, desde há 27 anos, e que da extinção da Junta Geral, consequente da posse do Governo Regional, resultou para a tesouraria um acréscimo de trabalho bastante significativo;

Nos termos dos Decretos Regionais n.º 318-D/76, de 30 de Abril, e n.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional delibera:

O senhor José Herculano Baptista Gonçalves Lino, tesoureiro deste Governo Regional, continuará a manter a sua actual categoria funcional, sendo-lhe atribuída, porém, e com efeitos a contar deste mês, a remuneração correspondente à letra F.

Presidência do Governo Regional, 18 de Maio de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

### **SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DA ECONOMIA**

#### **Portaria 32/78**

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes adentro do cap. 3.º do Orçamento Ordinário para 1978, cap. inerente à Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, há necessidade de se proceder à transferência da importância de 165 000\$00 (cento sessenta e cinco mil escudos) do cap. 3.º para reforço de outras no mesmo cap., pelo que ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância acima referida, do cap. 3.º, para reforço de diversas verbas do mesmo cap., segundo o mapa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	DIVISÃO	CAPÍTULO
	VERBAS TRANSFERIDAS DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO			
	CAPÍTULO III			
	<b>SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO</b>			
	<b>1. Gabinete Regional</b>			
	DESPESAS CORRENTES			
31	Aquisição de serviços — Não especificados ...	135 000\$00	135 000\$00	
	<b>2. Serviço de Planeamento e Coordenação Económica</b>			
	DESPESAS CORRENTES			
06	Abonos diversos — Numerário ... ..	30 000\$00	30 000\$00	165 000\$00
	VERBAS A REFORÇAR			
	CAPÍTULO III			
	<b>1.º Gabinete Regional</b>			
	DESPESAS CORRENTES			
26	Bens não duradouros — Consumos de Secretaria ... ..	80 000\$00		
27	Bens não duradouros — Outros ... ..	5 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e Comunicações ... ..	50 000\$00	135 000\$00	
	<b>2. Serviço de Planeamento e Coordenação Económica</b>			
	DESPESAS CORRENTES			
26	Bens não duradouros — Consumos de Secretaria ... ..	10 000\$00		
	DESPESAS DE CAPITAL			
52	Investimentos — Maquinaria e Equipamento ...	20 000\$00	30 000\$00	165 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e Economia, 31 de Maio de 1978.— O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, José

António Camacho, — O Secretário Regional de Economia, João Crisóstomo de Aguiar.

## SECRETARIAS REGIONAIS DO EQUIPAMENTO SOCIAL E DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

### Portaria n. 13-A/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas diversas, há necessidade de proceder à transferência de verbas e reforços em várias rubricas do orçamento para 1978 da Secretaria Regional do Equipamento Social, pelo que ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril manda o Governo, pelas Secretarias Regionais do Equipamento Social e do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência e reforço de verbas de várias rubricas do orçamento de 1978, assinaladas no mapa que faz parte integrante desta portaria, na importância de 11 600 000\$00 (onze milhões e seiscentos mil escudos).

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

#### VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO DE 1978

Cap.º 3.º Código 44.09 — alínea 10)  
— Outras despesas ... .. 11 600 000\$00

#### VERBAS A REFORÇAR

Cap.º 4.º Divisão 1 — Código 21	
Bens duradouros ... ..	100 000\$00
Cap.º 4.º Divisão 1 — Código 52	
Investimentos — Maquinaria e equipamento ... ..	10 000 000\$00
Cap.º 4.º Divisão 1 — Código 10.3	
Outras prestações directas ...	50 000\$00
Cap.º 4.º Divisão 2.1 — Código 10.3	
Outras prestações directas ...	100 000\$00
Cap.º 4.º Divisão 2.1 Código 15	
Abonos diversos — Compensação de encargos ... ..	50 000\$00
Cap.º 4.º Divisão 2.1 Código 44.06	
Despesas de anos findos ... ..	250 000\$00
Cap.º 4.º Divisão 2.1 Código 26	
Bens não duradouros — Consumos de Secretaria ... ..	100 000\$00
Cap.º 4.º Divisão 2.2 Código 51	
Investimentos — Material de transporte ... ..	950 000\$00
	<u>11 600 000\$00</u>

Secretarias Regionais do Equipamento Social e do Planeamento e Finanças, 27 de Abril de 1978.  
— O Secretário Regional do Equipamento Social, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

## SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

### Portaria n.º 30/78

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional, pelo Secretário Regional de Economia, determina o seguinte:

1.º — Os preços de venda ao público dos ovos, na Região Autónoma da Madeira, continuam sujeitos ao regime de preços máximos, a que se refere a alínea a) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.

2.º — Os preços máximos referidos no número anterior são os constantes da tabela anexa ao presente diploma, incluindo para os ovos em embalagem «Ovotermino», o custo da própria embalagem.

3.º — 1 — A margem de comercialização do retalhista é de 3\$80 por dúzia, independentemente da classificação comercial do produto.

2 — Quando houver intervenção do grossista, e qualquer que seja o número de intervenientes, a margem de comercialização será de 3\$20, também independentemente da classificação comercial do produto.

3 — As margens referidas em 1 e 2 deste n.º 3.º, entendem-se fixas, incidem sobre o preço de aquisição e englobam o lucro líquido, bem como todos os encargos inerentes ao exercício da respectiva actividade.

4.º — Na comercialização de ovos é obrigató-

rio para o produtor, e para grossista, a passagem de factura devidamente data-da e com os requisitos do disposto no n.º 9.º da Portaria n.º 21.362, de 30 de Junho de 1965.

5.º — Não é permitida a venda de ovos não classificados em embalagens «Ovothermo».

6.º — É revogada a Portaria n.º 7/77., de 19 de Abril.

7.º — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional de Economia, 6 de Junho de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

### T A B E L A

Preços máximos de venda ao público a praticar por dúzia de ovos

Tipo de ovo	Tipo de embalagem	Cor da casca	Classe	Preço
Ovos classificados	Ovothermo	Branca	<i>Pequenos</i> — c/ peso superior a 40g - A	35\$80
			<i>Regulares</i> — c/ peso igual ou superior a 50g - B ... ..	40\$00
			<i>Médios</i> — c/ peso igual ou superior a 50g - C ... ..	42\$80
			<i>Grandes</i> — c/ peso igual ou superior a 60g - D ... ..	45\$00
		Castanha	<i>Pequenos</i> — c/ peso superior a 40g - A	38\$00
			<i>Regulares</i> — c/ peso igual ou superior a 50g - B ... ..	42\$80
			<i>Médios</i> — c/ peso igual ou superior a 56g - C ... ..	45\$80
			<i>Grandes</i> — c/ peso igual ou superior a 60g - D ... ..	48\$20
	Outras embalagens e a granel	Branca	<i>Pequenos</i> — c/ peso superior a 40 - A	33\$20
			<i>Regulares</i> — c/ peso igual ou superior a 50 - B ... ..	37\$60
			<i>Médios</i> — c/ peso igual ou superior a 56g - C ... ..	40\$40
			<i>Grandes</i> — c/ peso igual ou superior a 60g - D ... ..	42\$60
Ovos não classificados	Outras embalagens e a granel	Branca	<i>Pequenos</i> — c/ peso superior a 40g - A	35\$40
			<i>Regulares</i> — c/ peso igual ou superior a 50g - B ... ..	40\$20
			<i>Médios</i> — c/ peso igual ou superior a 56g - C ... ..	43\$20
			<i>Grandes</i> — c/ peso igual ou superior a 60g - D ... ..	45\$80
		Castanha	<i>Grandes</i> — mais de 50g ... ..	37\$80
			<i>Pequenos</i> — até 50g ... ..	31\$60
			<i>Grandes</i> — mais de 50g ... ..	40\$60
			<i>Pequenos</i> — até 50g ... ..	34\$40

**Portaria n.º 31/78**

Ao abrigo do disposto do N.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei N.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por Força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, deter-

mina o Governo Regional, pelo Secretário Regional de Economia, o seguinte:

1.º — As margens de comercialização do milho amarelo em grão e estraçado, das farinhas de milho em rama e desgerminada, referidos na Portaria N.º 29/78, de 1 de Junho, são os seguintes:

DESIGNAÇÃO	Milho amarelo	
	Em grão	Estraçado
Preço no armazenista ... ..	6\$40	6\$90
Margem mínima do retalhista ... ..	\$60	\$60
Preço de venda ao público ... ..	7\$00	7\$50

DESIGNAÇÃO	Milho branco em grão
Preço no armazenista ... ..	6\$40

NOTA: O milho branco será destinado exclusivamente à alimentação e só poderá ser vendido ao público em farinha.

DESIGNAÇÃO	Farinha de milho desgerminado
Preço na fábrica ... ..	9\$70
Margem do armazenista ... ..	\$70
Margem mínima do retalhista ... ..	\$60
Preço de venda ao público ... ..	11\$00

DESIGNAÇÃO	Farinha de milho em rama
Preço no armazenista ... ..	7\$10
Margem mínima do retalhista ... ..	\$50
Preço de venda ao público ... ..	7\$60

2.º — O preço máximo de venda ao público da sêmea de trigo rolão é fixado em 6\$30/kg.

3.º — O presente diploma entra em vigor a partir do dia 7 de Junho de 1978.

Secretaria Regional de Economia, 6 de Junho de 1978. — Pel'O Secretário Regional de Economia. O Secretário Regional do Equipamento Social, *Jaime Ornelas Camacho*.

**Preço deste número: 12\$00**

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

**A S S I N A T U R A S**

As duas séries	Ano 1 100\$	Semestre ... ..	650\$
A 1.ª série	650\$	> ... ..	350\$
A 2.ª série	650\$	> ... ..	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

**A estes valores acrescem os portes de correio**

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»